

PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO PLANETÁRIA E TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Neise Marino Cardoso

INTRODUÇÃO

A formação docente no ensino superior brasileiro tem sido objeto de intensos debates, sobretudo diante das transformações sociais, políticas e educacionais das últimas décadas. As políticas educacionais voltadas à formação de professores refletem disputas ideológicas e concepções distintas de educação e de docência. Conforme Saviani (2013), “a política educacional expressa o projeto de sociedade que se pretende construir” (p. 45), o que evidencia a centralidade dessas políticas na organização dos cursos de licenciatura.

No contexto brasileiro, as políticas públicas para a formação docente buscam responder às demandas por qualidade, equidade e democratização do acesso ao ensino superior. Entretanto, persistem desafios relacionados à articulação entre teoria e prática pedagógica. Segundo Pimenta e Lima (2017), “a formação docente não pode se restringir ao domínio técnico, devendo contemplar a reflexão crítica sobre a prática” (p. 32), aspecto ainda fragilizado em muitos cursos superiores.

DESENVOLVIMENTO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores constituem um marco regulatório importante para o ensino superior. Elas orientam a organização curricular e definem competências essenciais ao exercício da docência. De acordo com Dourado (2015), “as diretrizes expressam uma tentativa de articulação entre formação acadêmica, prática profissional e compromisso social” (p. 78), embora sua implementação nem sempre ocorra de forma efetiva nas instituições.

A prática pedagógica no ensino superior enfrenta tensões decorrentes da padronização curricular e da lógica avaliativa imposta por políticas educacionais. Muitas vezes, o professor formador encontra-se limitado por exigências burocráticas. Libâneo (2018) afirma que “a prática pedagógica crítica requer autonomia docente e condições institucionais favoráveis” (p. 64), elementos nem sempre garantidos no contexto universitário.

Outro desafio significativo refere-se à valorização dos saberes docentes no processo formativo. Tardif (2014) destaca que “os saberes do professor são

construídos ao longo da experiência profissional e não apenas na formação inicial” (p. 39). No entanto, as políticas educacionais tendem a priorizar conteúdos normativos, em detrimento do reconhecimento da experiência e da prática reflexiva.

A formação inicial de professores no ensino superior também sofre impactos da expansão acelerada das instituições privadas. Esse cenário levanta questionamentos sobre a qualidade dos cursos ofertados. Conforme Freire (1996), “ensinar exige rigor metodológico e compromisso ético” (p. 25), princípios que nem sempre são observados em contextos marcados pela mercantilização da educação.

Além disso, a integração entre ensino, pesquisa e extensão permanece como um desafio estrutural na formação docente. As políticas educacionais defendem essa indissociabilidade, porém sua concretização ainda é limitada. Segundo Saviani (2013), “a formação universitária deve articular produção de conhecimento e intervenção social” (p. 92), o que demanda mudanças institucionais profundas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das políticas educacionais revela avanços normativos importantes, mas também contradições entre o discurso oficial e a prática pedagógica. Observa-se que muitos cursos de licenciatura ainda mantêm modelos tradicionais de ensino. Pimenta (2019) ressalta que “a inovação pedagógica exige revisão curricular e mudança nas concepções de ensino” (p. 51), aspecto pouco explorado nas políticas vigentes.

Os resultados indicam que a formação docente no ensino superior carece de maior articulação entre os componentes curriculares e a realidade das escolas. Essa lacuna compromete a preparação dos futuros professores. Libâneo (2018) aponta que “a distância entre universidade e escola básica fragiliza o processo formativo” (p. 83), reforçando a necessidade de políticas integradas.

Outro ponto relevante refere-se à formação continuada dos docentes do ensino superior responsáveis pela formação de professores. As políticas educacionais pouco abordam essa dimensão. Para Tardif (2014), “a formação do formador é condição essencial para a qualidade da formação docente” (p. 112), indicando um campo ainda pouco explorado nas políticas públicas.

A discussão evidencia também a necessidade de práticas pedagógicas mais democráticas e participativas. A centralização das decisões curriculares limita a autonomia docente. Freire (1996) defende que “não há docência sem discência” (p. 23), ressaltando a importância do diálogo e da construção coletiva do conhecimento na formação de professores.

CONCLUSÃO

Conclui-se que as políticas educacionais para a formação docente no ensino superior brasileiro apresentam avanços significativos, mas ainda enfrentam desafios estruturais. A distância entre normatização e prática pedagógica compromete a efetividade dessas políticas. Saviani (2013) destaca que “a política educacional só se concretiza plenamente na prática social” (p. 101).

As perspectivas para a formação docente apontam para a necessidade de maior integração entre teoria e prática, valorização dos saberes docentes e fortalecimento da autonomia universitária. Conforme Pimenta e Lima (2017), “a formação crítica do professor exige compromisso político e pedagógico” (p. 89), reforçando o papel social do ensino superior.

Por fim, torna-se imprescindível repensar as políticas educacionais à luz das demandas contemporâneas da educação brasileira. A construção de práticas pedagógicas emancipadoras depende de políticas que promovam condições reais de formação. Freire (1996) afirma que “a educação é um ato político” (p. 47), o que exige responsabilidade e compromisso social na formação docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Dourado, L. F. (2015). *Políticas e gestão da educação superior*. Goiânia: Editora da UFG.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Libâneo, J. C. (2018). *Didática*. São Paulo: Cortez.
- Pimenta, S. G. (2019). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez.
- Pimenta, S. G., & Lima, M. S. L. (2017). *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez.
- Saviani, D. (2013). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados.
- Tardif, M. (2014). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes.

Profa. Dra. Cássia S. de C.
Ribeiro
160.244.725.18

Prof. Dra.
Revista PHILOS
Website: <https://seuartigo.com.br/>



Junior Peres
Coordenação Geral
Congresso Internacional em
Educação Planetária
CNPJ: 45774153000124

